



**Padrão do ouro livre de conflitos do
World Gold Council**
Uma introdução



Sobre o World Gold Council

O World Gold Council é a organização de desenvolvimento de mercado da indústria do ouro. Trabalhando dentro dos setores de investimento, joalheria e tecnologia, assim como atuando em assuntos governamentais, nossa proposta é oferecer liderança na indústria, enquanto estimulamos e mantemos a demanda por ouro.

Desenvolvemos soluções baseadas no ouro, serviços e mercados baseados numa verdadeira visão de mercado. Como resultado, criamos mudanças estruturais na demanda por ouro através dos nossos setores estratégicos de mercado.

Oferecemos uma visão sobre os mercados de ouro internacionais, ajudando pessoas a entender melhor as qualidades de preservação de riqueza do ouro e seu papel em atingir as necessidades sociais e de desenvolvimento da sociedade.

Sediados no Reino Unido, com operações na Índia, no Oriente, na Europa e nos Estados Unidos, o World Gold Council é uma associação cujos membros incluem as empresas de mineração de ouro líderes do mundo.

Nosso painel de diretores representa a totalidade dos membros do World Gold Council e é presidido por Ian Telfer, que também é chairman do Goldcorp. Na maioria dos casos, os membros são representados no painel por seus presidentes ou diretores executivos. O apoio efetivo dos membros ao World Gold Council representa a visão compartilhada de garantir uma indústria de mineração de ouro sustentável, baseada numa profunda compreensão do papel do ouro na sociedade, agora e no futuro.

As empresas membros são:

African Barrick Gold
Agnico-Eagle Mines Limited
Alamos Gold Inc.
AngloGold Ashanti
Barrick Gold Corporation
Buenaventura
Centerra Gold
Eldorado Gold Corporation
Franco-Nevada Corporation
Goldcorp Inc.
Golden Star Resources Ltd.
Gold Fields Limited
IAMGOLD Corporation
Kinross Gold Corporation
New Gold Inc.
Newcrest Mining Limited
Newmont Mining Corporation
Primero Mining Corporation
Yamana Gold Inc.

Índice

Prefácio de Aram Shishmanian, Dir. Exec. do World Gold Council	01
Sumário executivo	02
Panorama do 'ouro e questões de conflitos'	03
O padrão do ouro livre de conflitos	05
Contribuição do ouro para o desenvolvimento	07

Prefácio de Aram Shishmanian Dir. Exec. do World Gold Council

Através das culturas e do tempo, o ouro tem sido símbolo de confiança. Investidores confiam no ouro para preservar a riqueza contra a selvageria da inflação. Casais jovens confiam no ouro para expressar seu amor e compromisso mútuos. Cientistas confiam no ouro para oferecer desempenho excepcional numa variedade de aplicações tecnológicas.

Em tempos de incerteza, o mundo se vira para o ouro. Então nada poderia ser mais importante do que manter a confiança que consumidores, investidores, governos e países produtores depositam nesse metal precioso.

Nós estamos introduzindo o Padrão do Ouro Livre de Conflitos. Seu objetivo é simples: criar confiança absoluta de que o ouro produzido sob seus princípios e processos é comercializado de uma maneira que não alimente conflitos armados ou financie grupos armados, nem contribua para o abuso de direitos humanos associados a esses conflitos.

Se levadas de maneira responsável, a mineração e suas atividades relacionadas têm um papel crucial para contribuir para o desenvolvimento sustentável e aliviar a pobreza em muitos dos países em desenvolvimento do mundo. A contribuição econômica direta da mineração de ouro profissional cria novas possibilidades a esses países, suas comunidades e indivíduos.

A cadeia de fornecimento de ouro é altamente complexa, sendo assim por múltiplos fatores, incluindo: o papel do ouro como moeda paralela, altos níveis de reciclagem, passando de 35% do fornecimento anual, e a significativa produção de ouro recém-minerado de fontes artesanais que é normalmente informal e algumas vezes ilegal.

Entretanto, o World Gold Council, em nome de seus membros, juntamente com refinarias líderes, criou este Padrão.

Acreditamos que essa iniciativa representa um grande avanço no sentido de erradicar o ouro que alimenta conflitos da cadeia de fornecimento legítima. Este Padrão tem sido amplamente reconhecido como credível e viável. Em seu rascunho inicial, nosso Padrão foi lançado em Junho de 2011. Desde então, procuramos e incorporamos ativamente opiniões das mais variadas partes envolvidas, incluindo governos, cadeia de fornecimento, ONGs, investidores, acadêmicos e organizações da sociedade civil. Esse trabalho foi feito sob a presidência de Pierre Lassonde, o Presidente da Franco-Nevada Corporation.

Como resultado, estamos confiantes que o Padrão do Ouro Livre de Conflitos é robusto, prático e deveria ser totalmente auditável por terceiros independentes para garantir sua integridade. É global em escopo; toma responsabilidade direta de novidades legislativas e vamos trabalhar para garantir que complemente e se integre à estrutura de trabalho de outras indústrias. Foi desenhado desde o começo para criar a confiança de que o ouro que obedece aos seus processos minuciosos é livre da mancha dos conflitos.

O ouro que obedece ao Padrão do World Gold Council contará uma história diferente da contribuição trazida pelo ouro: no futuro das pessoas que o produzem, no avanço do desenvolvimento sustentável assim como naqueles que depositam nele sua fé.

Sumário executivo

O Padrão do Ouro Livre de Conflitos é desenvolvido para ser aplicável pelos membros do World Gold Council e outras empresas envolvidas na extração do ouro. O Padrão foi desenvolvido para estabelecer uma estratégica comum através da qual os produtores de ouro possam demonstrar que seu ouro foi extraído de maneira a não alimentar conflitos ou abusos dos direitos humanos tipicamente associados a esses conflitos.

A turbulência financeira dos anos recentes levou muitas pessoas e organizações a reavaliar o papel do ouro. Muitos países estão, uma vez mais, aumentando suas reservas – reconhecendo o papel do ouro como instituição de valor. Além disso, as propriedades únicas do ouro têm sido cada vez mais reconhecidas através de novas aplicações em eletrônicos, medicina, eficiência energética e ciência da ambiental.

Lamentavelmente, algumas das características especiais do ouro – neste caso seu intrínseco valor e portabilidade – fazem dele uma fonte potencial de financiamento para grupos armados envolvidos em conflitos civis e insurgências. A verdadeira proporção do ouro recém-minerado que é desviado para financiar conflitos é extremamente baixa – provavelmente menos de 1% do total anual da produção de ouro – mas é importante que as partes envolvidas tomem medidas para tornar mais difícil usar o ouro para esse fim.

Tendo isso em mente, o World Gold Council estimulou o trabalho para criar um 'Padrão do Ouro Livre de Conflitos' no final do ano de 2009. Subsequente a isso, os Estados Unidos aprovaram uma legislação (Seção 1502 da lei Dodd-Frank, Julho de 2010), que declarou quatro minerais – estranho, tântalo, tungstênio e ouro – como potenciais 'minerais de conflitos'. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também desenvolveu uma orientação sobre a busca responsável de minerais em maio de 2011. A primeira se concentra totalmente na República Democrática do Congo e países vizinhos; a última, assim como a estratégia do World Gold Council, tem uma aplicação global a áreas consideradas 'afetadas por conflitos ou de alto risco'.

O World Gold Council apoia fortemente a produção responsável de ouro e acredita que a mineração de ouro deveria ser uma fonte de desenvolvimento econômico e social onde quer que fosse encontrada e que qualquer possibilidade de que a mineração de ouro venha a financiar conflitos seja erradicada. Dessa maneira, a conformidade com o Padrão será assegurada externamente.

Essa iniciativa é importante não apenas por desafiar de imediato os conflitos, mas porque as medidas tomadas para combater os conflitos precisam ser estruturadas de maneira a evitar a estigmatização do ouro recém-minerado de qualquer área específica. Muitas pessoas temem que, ao apoiar os objetivos humanitários por trás da legislação, para evitar os custos da conformidade e os riscos legais potenciais de produzir um relatório de 'minerais de conflito', fabricantes podem preferir boicotar informalmente o ouro da região – a partir daí causando danos aos produtores responsáveis, destruindo o legítimo sustento de milhares de pessoas, e estragando as perspectivas para novos investimentos.

Panorama do ‘ouro e questões de conflitos’

O uso indevido de recursos naturais para financiar ou motivar conflitos tem sido evidente em muitas situações nos últimos 15 anos: da madeira do Camboja e da Libéria aos diamantes nas guerras civis de Serra Leoa e de Angola. Recursos naturais representam patrimônios negociáveis móveis e internacionais que, sem medidas contrárias, podem ser usados para financiar grupos armados e conflitos associados.

Em anos recentes, o foco principal tem sido no papel dos minerais no financiamento parcial do conflito na República Democrática do Congo (RDC). Estima-se que mais de quatro milhões de pessoas tenham morrido nesse país nos últimos quinze anos – a maior perda de vidas em quaisquer conflitos depois da Segunda Guerra Mundial. Relatos do Grupo de Experts da ONU mostraram como senhores da guerra saquearam a rica dotação mineral do leste da RDC e a usaram para enriquecimento pessoal e como fonte para financiar suas milícias.

A atenção na região se concentrou em quatro minerais: tântalo (em que a RDC representa quase 15% do fornecimento mundial); estanho (cerca de 6% do fornecimento); tungstênio (cerca de 2% a 4% do fornecimento) e ouro. Fontes confiáveis estimam que a RDC produziu 16 toneladas de ouro em 2010 (0,6% do ouro recém-minerado daquele ano), incluindo estimativas para ouro contrabandeado para fora do país. Até outubro de 2011, quando a mina Twangiza da Banro começou a produzir, não havia minas corporativas em larga escala na RDC, a maioria da produção sendo artesanal e em menor escala. Governança fraca, segurança precária e a natureza opaca e fragmentada dos grupos de mineração artesanais fazem deles presa fácil para o controle ou extorsão por grupos armados.

Essas questões são agravadas pelos desafios apresentados na tentativa de rastrear remessas de ouro de minas individuais para seu uso em joalherias, eletrônicos e outras aplicações tecnológicas ou produtos de investimento.

O ouro é facilmente derretido e, uma vez misturado com outras fontes de ouro, o que é prática habitual nas refinarias de ouro, é impossível rastreá-lo de volta à mina de origem. O ouro não é geralmente vendido do produtor ao consumidor, mas se move através de uma série de transações complexas, incluindo refinarias, bancos de ouro, fabricantes e comerciantes. O ouro é também fundamentalmente reciclável – certamente essa é uma das razões-chave para que seja um efetivo guardião de valor. Em anos recentes, mais de 35% do fornecimento anual de ouro foi de fontes recicladas (ou ‘previamente refinadas’).

Além disso, entre 10% e 15% do ouro recém-minerado vêm de fontes artesanais ou de pequena escala. Apesar da mineração artesanal ser uma importante fonte de atividade econômica em alguns países em desenvolvimento, uma proporção significativa dessa atividade é ilegal e muito dela está em setores informais e opera fora da supervisão do governo e do regime tributário e está sujeita ao contrabando. A proveniência desse ouro é, às vezes, portanto, difícil de ser estabelecida.

Contra esse panorama, um trabalho significativo foi feito para lidar com o potencial uso indevido de ouro em áreas ‘afetadas por conflitos ou de alto risco’. Ao longo da cadeia de fornecimento de ouro, estratégias lideradas pela indústria foram desenvolvidas, incluindo o Guia do Ouro Responsável (que é focado nas refinarias) da London Bullion Market Association, o Padrão para Metais Preciosos para a Cadeia de Custódia do Responsible Jewellery Council e o Programa de Fundação Livre de Conflitos do GeSI-EICC.

Ao mesmo tempo, governos e instituições multinacionais também trataram dessas questões, incluindo:

A Orientação de Diligência Prévia da OCDE para Cadeias de Fornecimento Responsável de Minerais de Áreas Afetadas por Conflitos e de Alto Risco – essa orientação estabelece um processo de cinco passos para diligência prévia corporativa na obtenção de minerais de áreas ‘afetadas por conflitos e de alto risco’¹. O World Gold Council acompanhou de perto como parte de um grupo múltiplo de partes afetadas o desenvolvimento de um suplemento sobre o ouro. Espera-se a aprovação pelos ministros em maio de 2012.

A Lei Wall Street de Reforma e Proteção de Consumidor (Dodd-Frank) cria obrigações para fabricantes listados em bolsas americanas para identificar se eles obtêm quaisquer dos quatro chamados ‘minerais de conflito’ da RDC ou países vizinhos (Seção 1502). Se eles conseguirem estabelecer que os minerais não vêm da região dos Grandes Lagos Africanos, então eles têm pouco mais a fazer. Entretanto, se os minerais vêm da região – ou se eles são incapazes de estabelecer a origem, a empresa deve produzir um relatório de ‘minerais de conflito’ e tê-lo auditado. Muitas pessoas temem que, ao apoiar os objetivos humanitários por trás da legislação, para evitar os custos da conformidade e os riscos legais potenciais de produzir um relatório de ‘minerais de conflito’, fabricantes podem preferir boicotar informalmente o ouro da região – a partir daí causando danos aos produtores responsáveis, destruindo o legítimo sustento de milhares de pessoas, e estragando as perspectivas para novos investimentos.

A União Europeia, no contexto de seu trabalho geral sobre comércio e políticas de desenvolvimento e matérias-primas, afirmou sua intenção de apresentar propostas para melhorar a rastreabilidade de minerais.



Limpendo uma barra de ouro.
(Imagem cortesia de Tina Hillier)

¹ Os cinco passos na estrutura de trabalho de diligência prévia da OCDE são: i) estabelecer sistemas robustos de gerenciamento das empresas; ii) identificar e avaliar riscos na cadeia de fornecimento; iii) desenhar e implementar uma estratégia para responder a riscos identificados; iv) levar adiante auditorias independentes feitas por terceiros da cadeia de fornecimento em pontos identificados; e v) reportar sobre a diligência prévia da cadeia de fornecimento.

O padrão do ouro livre de conflitos

Espera-se dos membros do World Gold Council e de outras empresas que aplicam o Padrão que façam declarações públicas informando a conformidade ou não com o Padrão. Essas declarações podem ser publicadas nos websites das empresas ou em relatórios das empresas (ex: o relatório anual financeiro ou o relatório de sustentabilidade). A conformidade com o Padrão será assegurada externamente.

O Padrão toma a forma de uma árvore decisória dividida em cinco seções:

- **Parte A – Avaliação de Conflito:** aqui será usado critério externo para avaliar se a área ou país no qual a empresa está operando devem ser considerados ‘afetados por conflitos ou de alto risco’.
- **Parte B – Avaliação da Empresa:** onde a área ou país forem considerados ‘afetados por conflitos ou de alto risco’, será avaliado se a empresa tem os sistemas apropriados de gerenciamento para levar adiante suas obrigações corporativas nessa área, para evitar alimentar ou financiar conflitos ou abusos associados aos direitos humanos.
- **Parte C – Avaliação de Produto:** onde a área ou país forem considerados ‘afetados por conflitos ou de alto risco’, será avaliado como e por quem o ouro é manuseado e o potencial disso de contribuir para conflitos.
- **Parte D – Fontes Externas de Avaliação de Ouro:** quando a empresa ou sede de operação individual adquirirem ouro, será avaliado o processo que precisa ser feito para garantir que uma diligência prévia apropriada seja realizada nesse ouro no tocante à exclusão de ouro manchado pelo conflito.
- **Parte E – Declaração de Conformidade de Documentos:** onde a empresa demonstrou conformidade com as Partes A–D (onde relevante), uma declaração apropriada precisa ser feita para a parte seguinte na cadeia de custódia.

Cada seção estabelece as decisões-chave que irão determinar se o ouro produzido pela empresa está em conformidade com o Padrão. Critérios são definidos juntamente com pontos de referência disponíveis publicamente contra os quais quaisquer decisões possam ser testadas e um processo através do qual a decisão possa ser feita para avaliar a conformidade.

Através do Padrão do Ouro Livre de Conflitos, a referência é feita para objetivar benchmarks e fontes de orientação de melhores práticas produzidos por terceiros com credibilidade ou códigos internacionais como os Princípios Voluntários de Segurança e Direitos Humanos e os Princípios Orientativos sobre Negócios e Direitos Humanos da ONU. A produção e exportação de ouro desafiando sanções internacionais, por exemplo, desencadeia uma não-conformidade automática.

Cada mina participante irá primeiro promover uma avaliação de conflito. Ela se apoia em orientação de um órgão apropriado que define certas áreas ou países como sendo ‘afetados por conflitos ou de alto risco’. As principais fontes de orientação para determinar se uma área deve ser considerada ‘afetada por conflitos ou de alto risco’ são:

- O Conselho de Segurança das Nações Unidas (ou órgãos subsidiários como o Grupo de Experts da ONU), até o ponto em que identifiquem países específicos ou grupos de países como sendo ‘afetados por conflitos ou de alto risco’ ou constituindo uma ameaça para a paz e a segurança internacionais.
- A União Europeia, A União Africana ou a Organização dos Estados Americanos.
- Órgãos nacionais que tenham ampla aceitação ou reconhecimento internacionais.
- Avaliações de conflitos produzidas por Organizações Não-Governamentais que tenham autoridade e independência, em particular o Heidelberg Institute for International Conflict Research, onde uma nota 5 (guerra severa) ou 4 (guerra limitada) são tidas como orientação de que a área pode ser considerada ‘afetada por conflitos ou de alto risco’.

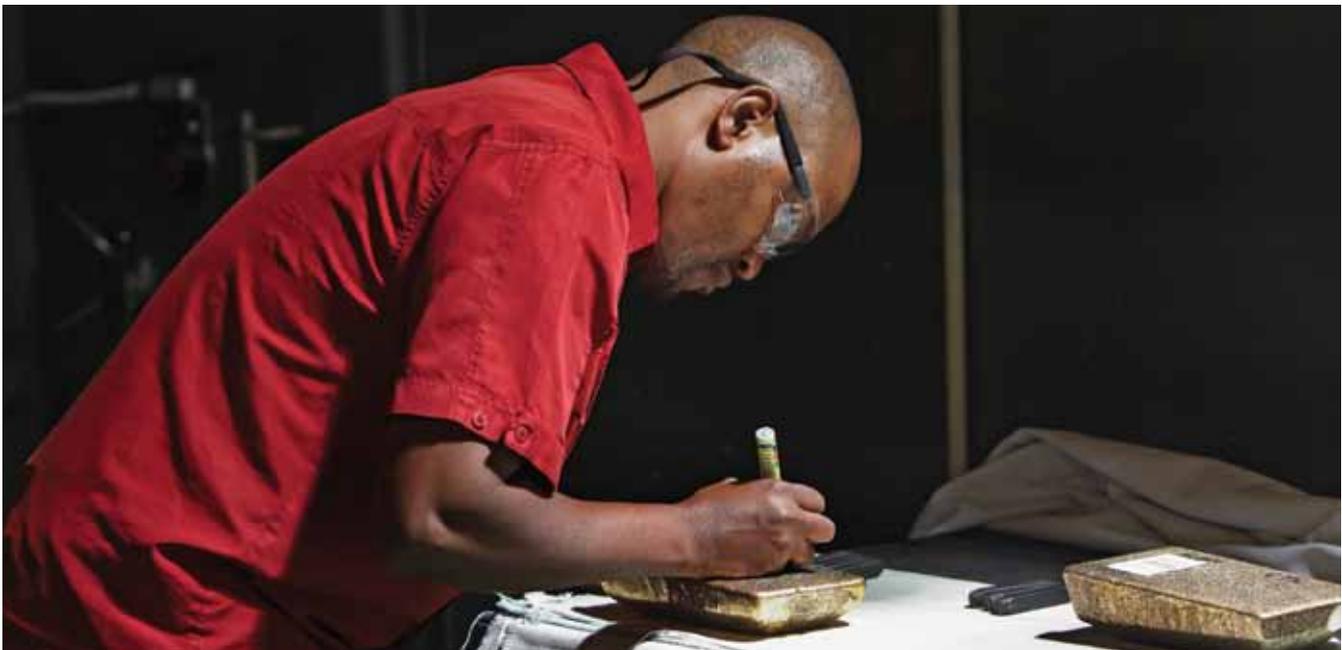
A presença de uma mina em uma área 'afetada por conflitos ou de alto risco' não necessariamente, por si mesma, levará a mina a ser classificada em não-conformidade. Certamente, o desinvestimento ou retirada de operadores responsáveis – com a conseqüente perda de fontes de sustento, receitas de impostos e infraestrutura econômica e social – podem trazer mais dificuldades para estabilizar uma situação de conflito ou conquistar uma reconstrução pós-conflito.

Portanto, onde a operação ocorre num ambiente difícil, o foco então muda para se a empresa tem as políticas corretas, sistemas e habilidades que tornem possível operar responsabilmente, de maneira verificável e transparente.

A Avaliação da Empresa e Avaliação de Produto são requisitadas apenas se a mina estiver operando numa área 'afetada por conflitos ou de alto risco'. O Padrão põe na mesa uma estrutura de trabalho bem exigente de testes e iniciativas através das quais as empresas devem avaliar seus sistemas e analisar seu impacto naqueles ao seu redor. Sua conclusão deve ser auditável. A Avaliação da Empresa inclui seções a respeito do compromisso com direitos humanos, abertura de informações, segurança, pagamentos e reclamações. A Avaliação de Produto inclui seções sobre a natureza da produção de ouro, medidas para prevenir desvio ilegal de ouro, controlar o ouro na operação (incluindo passos dados para evitar furto) e transporte.

Se a empresa puder demonstrar que está em conformidade com as Avaliações de Conflito, Empresa e Produto, também precisa demonstrar que qualquer ouro que for comprado externamente esteja sujeito à diligência prévia apropriada. Essa diligência prévia precisa estar alinhada com a Orientação da OCDE.

Se todos os critérios acima forem atingidos, uma Declaração de Conformidade deve ser produzida para oferecer segurança aos usuários de ouro das cadeias seguintes e auxiliá-los em seus processos de diligência prévia.



Identificação de barras de ouro individuais.
(Imagem cortesia de Tina Hillier)

Contribuição do ouro ao desenvolvimento

Ao mesmo tempo em que se trabalha para excluir o ouro clandestino da cadeia de fornecimento, é crucial que empresas mineradoras e a comunidade internacional mais ampla também reconheçam o papel importante que a mineração de ouro pode representar na proteção dos interesses de comunidades que são dependentes da produção legítima de ouro.

Mais de 70% da nova produção de ouro tem origem em países de fora da OCDE. Em muitos países, a mineração de ouro é uma grande contribuidora para o crescimento econômico e o desenvolvimento. Essa contribuição pode ser feita através de numerosos caminhos, incluindo: a macroeconomia; desenvolvimento de infraestrutura; na construção da estrutura da cadeia de fornecimento; investimento em capital humano e governança.

Impactos macroeconômicos

A mineração de ouro tem um impacto macroeconômico desproporcional em algumas das comunidades mais pobres do mundo:

- Mali é o terceiro maior produtor na África, mas um dos países mais pobres do mundo. O ouro é um elemento crucial em seu caminho para o desenvolvimento, representando cerca de 75% dos ganhos com intercâmbio internacional do país;
- Uma pesquisa feita em Gana em 2010 pela Câmara das Minas descobriu que 76% das receitas eram retidas pelo país sob a forma de impostos e royalties, salários e custos com treinamento, licitações e investimentos comunitários; um estudo semelhante na Tanzânia descobriu que 70% da receita era retida pela economia;
- O ouro é uma das principais fontes de ganhos no intercâmbio internacional para países tão diferentes entre si como a Papua Nova Guiné, o Peru, a Mongólia, o Uzbequistão e a África do Sul.

Apesar de a indústria ser relativamente de capital intensivo, as minas de ouro têm um impacto empregatício significativo, especialmente quando funcionários diretos, empreiteiros, fornecedores e os efeitos multiplicadores são levados em conta. Por exemplo, na Tanzânia, 15 mil pessoas são diretamente empregadas nas minas e estima-se que outros 50 mil são empregados nos serviços que as minas requerem ao seu redor.

O ouro é uma das maiores fontes de investimento direto internacional para algumas das comunidades mais vulneráveis do mundo e é um importante condutor da construção da infraestrutura e desenvolvimento mais amplo. A mineração de ouro normalmente contribui significativamente para receitas governamentais. Por exemplo, a mineração de ouro é responsável por 18% e 17% das receitas governamentais em Mali e Gana, respectivamente, em 2010.

Infraestrutura

A mineração de ouro pode criar a infraestrutura que ajuda a dar o pontapé inicial num desenvolvimento econômico e social mais amplo.

A mineração é uma indústria de fundamento que catalisa a oferta mais ampla da infraestrutura básica – como transporte, água encanada, eletricidade e telecomunicações. Na Tanzânia, a African Barrick Gold investiu \$100 milhões, em parceria com a empresa de serviços nacionais, para ligar suas quatro minas e muitas comunidades locais à rede nacional de energia.

De maneira similar, no Peru, a Minera Yanacocha (de propriedade conjunta da Newmont, Buenaventura e International Finance Corporation) investiu recentemente numa nova estrada de 70km que não apenas tira o tráfego pesado para fora da cidade de Cajamarca, mas também cria oportunidades de comércio e turismo para as comunidades de San Pablo e Chiletá.

Compra local e apoio ao sustento

Mineradores de ouro rotineiramente procuram construir cadeias locais de fornecimento. Um estudo do World Gold Council de quatro importante mineradoras de ouro no Peru publicado em 2011 conclui que 90% de suas compras vêm de empresas sediadas no Peru, criando empregos e prosperidade em comunidades locais.

O Programa Ahafo Linkages da Newmont em Gana é uma parceira com o braço do setor privado do Banco Mundial para apoiar comunidades numa área de agricultura de subsistência e baixo nível educacional. O programa tem três caminhos:

- Desenvolvimento de fornecedores locais, o que criou oportunidades avaliadas em \$23 milhões em três anos através da oferta de treinamento de gerenciamento em assuntos como marketing, planejamento financeiro, orçamento e gerenciamento de RH;
- Desenvolvimento econômico local através da oferta de 44 negócios não relacionados com as minas em áreas como hospitalidade, restauração e fabricação de tijolos; e
- Um programa de assistência técnica de desenvolvimento que ofereceu treinamento a 250 indivíduos, incluindo 67 mulheres, em negócios e habilidades técnicas em áreas como o melhoramento de práticas agrícolas e produção cerâmica artesanal.

Saúde e educação

É comum descobrir que a mineração de ouro ajuda a estabelecer ou apoiar escolas e clínicas médicas em comunidades locais, além de melhorar o acesso a água potável. Na verdade, alguns dos programas que as empresas lideram estão se tornando muito mais ambiciosos. Isso é verdade, por exemplo, no programa Ashanti de erradicação da malária da AngloGold. Ele foi primeiramente criado ao redor de sua mina Obuasi em Gana com resultados tão impressionantes que a empresa agora estendeu o modelo para outros quarenta distritos e recebeu uma doação de \$138 milhões do Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária.

Também em Gana, no tema da construção de habilidades e melhorias nas comunidades, o programa Empoderamento Comunitário Sustentável e Desenvolvimento Econômico (SEED, ou semente, na sigla em inglês) da Gold Fields, trabalha para melhorar: a posição econômica de 4.000 lares; a saúde de 30.000 residentes locais e o nível de educação e habilidades de 5.000 jovens e adultos locais.

Governança

As principais empresas de mineração de ouro também procuram espalhar as melhores práticas internacionais e por promover reformas de governança. Isso pode ocorrer através de esquemas de construção de capacidades com governos locais através de ações como a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativistas (EITI, na sigla em inglês). Países produtores de ouro são bem representados nas fileiras de nações que implementam a EITI, como: Mali, Guiné, Costa do Marfim, a República Democrática do Congo, Gana, Tanzânia, Peru, Indonésia, Mongólia e Quirguistão. Em cada caso, a EITI falha ou é bem-sucedida devido à coalizão dentro do país formada entre governo, empresas e sociedade civil.

A indústria do ouro está comprometida a trabalhar para promover a estabilidade e a prosperidade dos países onde atua. Auxiliar países a sair da pobreza e empoderar cidadãos através de melhoras na saúde, educação e infraestrutura que, por sua vez, ajuda a reforçar instituições e a fazer com que conflitos tenham menor probabilidade de desestabilizar a sociedade.

É crucial que, ao dar passos para combater o potencial uso indevido do ouro, produtores legítimos ainda possam encontrar seu caminho para o mercado. Esse é um dos objetivos do Padrão do Ouro Livre de Conflitos do World Gold Council.



The printer is accredited to
ISO14001 environmental standard.

World Gold Council

10 Old Bailey, London EC4M 7NG
United Kingdom

T +44 20 7826 4700

F +44 20 7826 4799

W www.gold.org